

## CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Tarcísio: estratégia para reduzir pressão?

## Tarcísio saiu mesmo do páreo?

O cientista político Isaac Pacheco Jordão olha com desconfiança a afirmação feita pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que está fora do páreo presidencial em 2026, já definindo que disputará a reeleição ao governo. Para Pacheco Jordão, essa talvez seja mesmo a hipótese mais provável diante das circunstâncias. Por outro lado, parece mais

prudente apostar que Tarcísio, na verdade, declarou-se fora do páreo justamente para permanecer nele. "Ao dizer que não disputará, Tarcísio reduz a pressão sobre ele vindo dos segmentos da direita, especialmente do ex-presidente Jair Bolsonaro", avalia o cientista político. Desde as eleições municipais, Bolsonaro trata de desestimular alternativas à direita.

## Caiado

Dizendo-se fora do páreo, Tarcísio, na verdade, se preserva. E mira no que vem acontecendo com outra alternativa à direita, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado. No momento, Caiado está condenado por abuso de poder político por uma juíza de primeira instância.

## Pressão

Embora o processo em Goiânia contra Caiado e o prefeito eleito, Sandro Mabel, tenha sido movida pelo Ministério Público Eleitoral, há quem desconfie que ele foi estimulado pelo PL. De qualquer modo, deixa fora do páreo ou, pelo menos, abala uma das alternativas.

Antonio Cruz/ Agência Brasil



Aposta contra Kassab é sempre perigosa

## Kassab é peça-chave na decisão em São Paulo

No fundo, porém, decidir qual cargo irá disputar seguirá um pouco o perfil de Tarcísio. Ele não é alguém forjado no mundo político. É um servidor público que viu passar um cavalo selado na sua frente quando percebeu a chance de virar governador de São Paulo. Da mesma forma, Isaac Pacheco Jordão avalia que ele seguirá pre-

ferindo enxergar o cavalo selado. Disputar a reeleição em São Paulo é uma aposta bem mais segura. Outro fator importante é a posição do seu secretário de Governo, Gilberto Kassab, também presidente do PSD. Kassab desestimula a candidatura à Presidência de Tarcísio, porque quer ser seu candidato a vice-governador.

## Incerto

"Eu jamais apostaria fichas contra a aposta de Kassab", diz Pacheco Jordão. No fundo, avalia o cientista político, o que há hoje é um cenário totalmente incerto para 2026. Bolsonaro está inegável. Pode até terminar o ano de 2025 preso como consequência dos processos.

## Nome

Tarcísio afirma que candidato é Bolsonaro ou "nome que ele indicar". Essa seria a hipótese: a vitória de alguém apadrinhado por ele. Mas quem? Pela primeira vez, chega-se ao ano anterior de uma eleição presidencial sem qualquer certeza quanto às candidaturas.

## Lula

Para Isaac Pacheco Jordão, um cenário que vai favorecendo a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Talvez de fato o maior adversário de Lula neste momento seja mesmo a sua idade, sua saúde, e o vigor físico para nova campanha eleitoral. Lula terá 81 anos.

## Máquina

Bolsonaro, observa Jordão, foi o único presidente não reeleito desde a criação do instituto. "Não se pode desprezar o uso da máquina", observa. Se Lula não vier a disputar, deverá ser forte quem ele apoiar. E pesquisa Quaest mostrou chances de Fernando Haddad.

## Governo libera mais R\$ 7 bilhões para azeitar pauta

Lula e Haddad discutiram a tramitação dos projetos

Ricardo Stuckert/PR

Por Karoline Cavalcante

Em meio aos últimos dias do ano e com a pressão para a aprovação de projetos prioritários no Congresso Nacional, o governo federal liberou nesta segunda-feira (16) R\$ 7,7 bilhões em emendas parlamentares, que estavam suspensas desde agosto por determinação do ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF). A liberação ocorreu após Dino decidir que os pagamentos seriam feitos sob critérios de maior transparência e rastreabilidade.

Desse total, R\$ 3,4 bilhões foram destinados a emendas individuais, com R\$ 3,19 bilhões por meio de emendas Pix, que permitem transferências diretas a prefeituras e estados. Outros R\$ 3,8 bilhões foram alocados para a saúde e R\$ 373 milhões para emendas de bancada. Essa liberação por parte do Palácio do Planalto visa diminuir a tensão com o Congresso Nacional para buscar aprovação de pautas importantes.

Depois de receber alta hospital no domingo (15), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reuniu com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir a tramitação da reforma tributária, do pacote de corte de gastos e do orçamento de 2025. De acordo com Haddad, os projetos precisam de celeridade para serem apreciados.

## Desidratação

O encontro ocorreu na residência de Lula em São Paulo, onde ele se recupera de uma cirurgia emergencial após uma hemorragia intracraniana. Haddad ressaltou que o presidente pediu para que não haja



Lula se reuniu com Haddad para discutir a pauta do governo

desidratação nos temas. "Nós temos aí um conjunto de medidas que garantem a robustez do arcabouço fiscal. Estamos muito convencidos de que vamos continuar cumprindo as metas fiscais nos próximos anos", afirmou.

Ao colocar o presidente a par das propostas, o chefe da Fazenda afirmou que fez o detalhamento das alterações, para que ele possa tomar alguma providência, se julgar necessário. "Coloquei ele [Lula] a par da situação de cada uma delas, tanto no Senado quanto na Câmara. Expus os detalhes do que foi alterado para que ele pudesse, eventualmente, julgar a conveniência de tomar alguma providência, dar algum telefonema e orientar os líderes da base para acelerar as coisas. Estamos convencidos de que as medidas serão apreciadas este ano", disse o ministro.

## O pacote

Apresentado no mês passado, o pacote de corte de gastos é dividido em três: o Projeto de Lei (PL) 4614/2024, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 210/2024 e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2024. A expectativa é de que as medidas gerem uma economia de R\$ 71,9 bilhões entre 2025 e 2026 e R\$ 327 bilhões entre 2025 e 2030. O PL 4614/2024, que trata da correção do salário mínimo, e o PLP 210/2024, que autoriza o governo a limitar o pagamento de créditos tributários em caso de déficit, tramitam em regime de urgência na Câmara dos Deputados.

Já a PEC 45, relatada pelo deputado Moses Rodrigues (União-CE), propõe mudanças significativas em temas como abono salarial, o Fundo de Manutenção e Desenvolvi-

mento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU), e a variação de recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), ao Índice de Preços ao Consumidor (IPCA).

Ao Correio da Manhã, o doutor em Ciência Política Leandro Gabiatti disse que a PEC, porém, deve ser discutida somente no próximo ano. "Acho que a tendência é de aprovação da reforma tributária na Câmara [depois da aprovação no Senado na semana passada], e, em seguida, o envio à sanção da aprovação dos dois projetos de medidas fiscais. A PEC ficaria pendente para 2025. Finalmente, o orçamento, incluindo a LDO e a LOA, também deve ser aprovado na próxima semana", afirmou Gabiatti.

## Refrigerantes voltam para o "imposto do pecado"

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

O relator do Projeto de Lei Complementar (PLP) 68/2024, que regulamenta a reforma tributária, deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), leu seu parecer no plenário da Câmara dos Deputados nesta segunda-feira (16). O projeto, já aprovado pelo Senado na última quinta-feira (12), será votado pelos deputados nesta terça-feira (17), conforme anunciado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Na semana passada, em entrevista ao Correio da Manhã, Lopes havia antecipado que as movimentações da Câmara reverteriam o máximo possível as alterações feitas pelo Senado no texto original. A leitura do texto confirmou o que adiantara. "A Câmara é a origem do projeto, e é ela quem tem a palavra final. Vamos revisar muitas dessas mudanças", afirmou o relator.

O principal objetivo do relatório é reduzir a alíquota padrão do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em 0,70 ponto percentual, além de estabelecer um limite de 26,5% para essa alíquota. Caso esse teto seja ultrapassado, o Executivo será obrigado a encaminhar um novo PLP em até 90 dias.

Entre os pontos revertidos por Reginaldo Lopes está a reinclusão das bebidas açucaradas (como refrigerantes) no Imposto Seletivo, também cha-



Lopes recuperou boa parte do texto da Câmara

mado de "imposto do pecado", que incide sobre bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. O relatório também retira das contas de água, esgoto e saneamento o desconto de 60% para serviços de saúde, uma inclusão feita pelo Senado.

## LDO e Orçamento

Além da tributária, outros pontos deverão avançar nesta terça no Congresso. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) discutirá o relatório do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), elaborado pelo senador Confúcio Moura (MDB-RO). A LDO define as metas e prioridades para o ano seguinte e serve de

base para a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estabelece o orçamento do governo. Após a aprovação na CMO, o projeto será analisado em sessão conjunta de deputados e senadores, prevista para ocorrer até quinta-feira (19).

Contudo, a votação do orçamento ainda gera incertezas, pois depende da aprovação do pacote fiscal que será discutido ao longo da semana. O líder do governo no Congresso, senador Randolfé Rodrigues (PT-AP), explicou que a votação do orçamento de 2025 só ocorrerá após a aprovação das medidas de contenção de gastos enviadas pelo Executivo. "Sem a aprovação do pacote de con-

tenção de gastos, não há razão para aprovarmos o Orçamento. Um precisa se ajustar ao outro", afirmou.

O relator da PLOA, senador Angelo Coronel (PSD-BA), afirmou que ainda não há uma "previsão fechada" para a data de votação do texto, pois está em processo de negociação com o Executivo e com membros do Legislativo para buscar um consenso. "Estamos ouvindo vários parlamentares, partidos e membros do governo para elaborar um orçamento que atenda às expectativas da população brasileira", disse Coronel.

## Dívida dos estados

Também na terça-feira (17), o Senado deve aprovar definitivamente o projeto que cria o Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (Propag). A proposta, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), estabelece novas condições para a renegociação das dívidas estaduais, que somam mais de R\$ 765 bilhões.

Cerca de 90% desse montante se concentra em quatro estados: Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

O programa de renegociação determina que, em troca, os estados deverão transferir alguns bens à União e priorizar investimentos em áreas essenciais como educação, saneamento e segurança.